



ATA DA 374ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1
2 Às 19h00min (dezenove horas), do dia 23 de outubro de 2023, o Presidente do Conselho
3 Municipal de Saúde, Roberto Sant'Ana Lisboa Batista, abriu a 374ª Sessão Plenária
4 Extraordinária deste Conselho utilizando a plataforma Google Meet. **Pauta: 1.** Abertura -
5 Apresentação da pauta da 374ª reunião extraordinária. **2.** Expediente: a) Justificativas de
6 ausências; b) itens para deliberação da plenária: relatório de avaliação tratando do Relatório
7 Anual de Gestão (RAG) de 2022; relatório sobre a análise do orçamento para 2024; plano de
8 trabalho Hospital São Vicente de Paulo; plano de trabalho Hospital São Camilo. **Conselheiros**
9 **Presentes:** Alessandro Vinícius, Amarílio Zebral, Alberto Luz Coelho, Cláudio Souza, Fabricio
10 Tinoco, Giovanna Seabra, Luciana Araújo, Marco Antonio, Nizia Cristina, Kátia Severiano,
11 Roberto Sant'Ana Lisboa Batista, Wagner Costa Coelho, Vamberto Oliveira, Wantuil Filho.
12 Participaram também da reunião: Jéssica Faria, Maria Souza, Rita Camargos, Santinha Silva,
13 Rosimara Fernandes e Janice Batista de Oliveira. **Desenvolvimento da Plenária:** O Presidente
14 do Conselho Municipal de Saúde, Roberto Sant'Ana Lisboa Batista, iniciando a sessão plenária
15 extraordinária, em segunda convocação, saudou a todos (as) e apresentou a pauta da reunião.
16 Em seguida, passou ao ponto de pauta que tratou do relatório de avaliação acerca do Relatório
17 Anual de Gestão (RAG) 2022 da Secretaria Municipal de Saúde, elaborado a fim de subsidiar a
18 análise do plenário do Conselho Municipal de Saúde, a quem compete emitir o parecer
19 conclusivo. O referido parecer teceu a consideração e a recomendação opinando ao pleno do
20 CMSCL pela devolução do RAG de 2022 à Secretaria de Saúde e a solicitação da realização de
21 ajustes, entendendo que o instrumento atendia parcialmente aos requisitos legais aplicáveis,
22 sendo, contudo, recomendando readequar o instrumento e incluir os dados de
23 monitoramento, de modo que este órgão de controle social pudesse acompanhar a execução
24 das metas e dos compromissos. O documento sugeriu ainda que a plenária deliberasse pelo
25 envio de recomendação à Secretaria, para que tomasse as seguintes providências: **a)**
26 adequação do relatório, com a sistematização dos dados, seguindo uma estrutura pré
27 definida, recomendada nos termos do parecer; **b)** a formatação do relatório seguindo as
28 regras gerais de formatação da ABNT, em especial com a devida numeração das páginas,
29 tabelas e gráficos; **c)** A inclusão e o preenchimento das tabelas dispostas no anexo do relatório.



30 Após a apresentação e a discussão do relatório de análise do RAG de 2022, o documento foi
31 submetido ao referendo do plenário e aprovado em unanimidade. Em sequência, foi
32 apresentado o relatório tratando do orçamento para o ano de 2024. O referido documento
33 tratou do Projeto de Lei n.º 118-E-2023 no qual estima a receita e fixa a despesa para o
34 exercício financeiro de 2024. Em suma, o relatório recomendou o encaminhamento do
35 relatório à Câmara Municipal, bem como aos demais órgãos interessados, explicitando as
36 seguintes necessidades: **I)** realização de uma revisão sistemática dos instrumentos de
37 planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, com a participação da Câmara Municipal e
38 do Conselho, de modo a reavaliar as metas do Plano Municipal de Saúde e Programação Anual
39 de Saúde, realizando seu devido alinhamento com o orçamento; **II)** que a Secretaria Municipal
40 de Saúde retornasse ao Conselho sobre os instrumentos de monitoramento da Programação
41 Anual, do Orçamento, e outros instrumentos a serem encaminhados, que visam o
42 acompanhamento da execução das políticas públicas em saúde no município; **III)** que fosse
43 reforçado sobre a impossibilidade de que obras sejam realizadas e serviços sejam prestados
44 se as despesas correspondentes não forem fixadas na Lei Orçamentária e, no caso da saúde,
45 na Programação Anual da Saúde. Portanto, incide esta recomendação sobre a necessidade de
46 reavaliação dos instrumentos de planejamento; **IV)** que as aberturas de créditos adicionais
47 fossem apresentadas a este Conselho; **V)** que fossem encaminhados ao Conselho os estudos
48 realizados pelo Poder Executivo com a respectiva memória de cálculo da estimativa da receita;
49 **VI)** que fossem encaminhados os dados sobre a renúncia de receita. **VII)** que as emendas
50 fossem encaminhadas para conhecimento do Conselho; **VIII)** que os valores destinados à
51 manutenção do Conselho fossem revisados de modo a atender plenamente as necessidades,
52 em especial pessoal suficiente para a Secretaria Executiva e os materiais permanentes
53 requisitados. Ante o exposto, o relatório foi discutido e ressaltada a importância de o
54 orçamento estar alinhado com os demais instrumentos de gestão. Foi comentado sobre as
55 reuniões realizadas junto à Secretaria apontando como o orçamento deveria ser elaborado,
56 indicando a sua relação direta com a Programação Anual de Saúde. A Presidência informou
57 sobre o formulário elaborado pelo CMSCL, tratando da especificação sobre os serviços de
58 terceiros, pessoas físicas e jurídicas, inclusos no orçamento da Secretaria de Saúde,



59 explicitando que o documento havia sido preenchido e devolvido ao CMSCL pelo setor de
60 planejamento da Secretaria de Saúde. Roberto apresentou o documento e ressaltou como
61 este tipo de informação detalhada e disposta de forma clara seria importante para o trabalho
62 do Conselho. Falou também sobre a importância de revisão dos valores que, porventura,
63 poderiam ser insuficientes para determinadas áreas. Apontou também que não foi percebido
64 os valores destinados à execução das obras e reformas em unidades de saúde. Após discussão,
65 o relatório tratando do orçamento foi colocado em votação e aprovado. A Presidência
66 informou que serão tomadas as medidas cabíveis para o encaminhamento desta deliberação
67 aos órgãos competentes. Em sequência, passando ao ponto de pauta que tratou do plano de
68 trabalho do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) para a utilização de recursos provenientes
69 de emendas parlamentares. Foi ponto principal de discussão sobre a necessidade do
70 encaminhamento da cópia da Certidão Negativa de Débitos (CND). Através do Ofício n.º
71 024/2023, em resposta ao Ofício Nº 153/2023/CMSCL, o HSVP informou que vem adotando
72 medidas importantes para se manter em conformidade fiscal especialmente no âmbito
73 federal, com a regularização do pagamento dos tributos. Informou que, no momento, os
74 débitos tributários federais estão sob análise jurídica para a identificação de possíveis
75 prescrição e decadência, visando posteriormente no mês de novembro de 2023 a adesão ao
76 Programa Especial de Regularização Tributária – Saúde (PERT-Saúde) Receita Federal do Brasil.
77 Declarou ainda que por meio do PERT- Saúde haveria o parcelamento dos débitos, conforme
78 a capacidade financeira do HSVP e a emissão da CND. Em atenção aos termos em análise, foi
79 registrada a existência de diferentes entendimentos sobre a situação, referenciando a
80 jurisprudência a respeito deste assunto, isto é, sobre a legalidade do recebimento dos
81 recursos pela entidade mediante a ausência da CND. Assim, ficou definido que a situação do
82 Hospital São Vicente de Paulo deveria ser encaminhada previamente para a Procuradoria
83 Municipal para que aquele órgão emitisse um parecer jurídico a respeito do assunto. Ficou
84 decidido ainda que após a manifestação da Procuradoria Municipal este Conselho teria a
85 fundamentação técnica e legal para a tomada de decisão sobre o pedido de aprovação dos
86 planos de trabalho. Em seguida, foi apresentado o plano de trabalho do Hospital São para a
87 utilização de recursos provenientes da Portaria GM/MS n.º 1.037, de 27 de julho de 2023. Na



88 análise do plano de trabalho foi possível observar o alinhamento com o previsto nas normas
89 vigentes, em especial a Portaria STN nº 448/2002 na qual define e diferencia material de
90 consumo (rubrica custeio) e material permanente (rubrica capital). Portanto, foi decidida a
91 aprovação do plano e ressaltada a necessidade de prestação de contas da aplicação dos
92 recursos, nos termos das normas vigentes. No que se refere ao ponto informado de que o
93 Hospital São Camilo tem seus atendimentos cerca de 70% (setenta por cento) de pacientes
94 provenientes do SUS (Sistema Único de Saúde), o Conselheiro Amarílio Zebral questionou que
95 em informação anteriormente enviada este atendimento corresponderia a 100% (cem por
96 cento). Assim, ficou definido o envio de ofício para confirmar esta informação. Para finalizar,
97 foi passado ao ponto de pauta que tratou sobre o panorama da Atenção Primária no
98 município. Em atendimento à solicitação dos Conselheiros Luciana e Wantuil, a Diretoria do
99 referido departamento foi convidada para prestar os esclarecimentos necessários para as
100 demandas levantadas. Em uso da fala, a Conselheira Luciana solicitou informações sobre a
101 possibilidade de divisão das equipes da unidade de saúde do bairro Belavinha, explicitando a
102 demanda dos funcionários. A Diretora Rita Camargos comentou sobre a questão dos
103 processos de trabalhos e das demandas, informando que tem buscado soluções, de modo que
104 estes conflitos entre as equipes não causem transtorno ao atendimento à população. Falou
105 sobre a cautela necessária quando se trata de questões afetas aos recursos humanos,
106 ressaltando que será feito da melhor forma possível. A Secretária Janice Batista
107 cumprimentando a todos, agradeceu a exposição desta demanda e que iria se reunir
108 imediatamente com a diretoria para auxiliar na resolução da questão e tão logo daria um
109 retorno. Luciana falou ainda sobre questões relacionadas a qualidade no atendimento de
110 médicos e enfermeiros na unidade do Bairro São Judas, solicitando auxílio para resolução dos
111 problemas. Rita solicitou que a Conselheira registrasse em detalhes as reclamações para que
112 a Secretaria viabilizasse as providências, propondo inclusive o agendamento de reunião. A
113 Conselheira Kátia falou sobre a necessidade de as equipes trabalharem em harmonia, e sobre
114 os canais de denúncias, mencionando sobre a ouvidoria municipal. Falou sobre a necessidade
115 de extensão do horário dos auxiliares administrativos para que as demandas administrativas,
116 tal como atendimento de telefone, fossem atendidas plenamente. Foi falado sobre o trabalho



117 dos ACES e a cobrança de realização de suas tarefas. Foi falado sobre o entendimento legal do
118 município quanto a impossibilidade de extensão de carga horária. Roberto falou que o assunto
119 seria debatido em reunião com a Procuradoria Municipal agendada para a próxima semana.
120 Em sequência, o Conselheiro Wantuil disse ter encaminhados suas demandas via e-mail e que
121 gostaria que fossem repassados à Diretoria. Explicou sobre a demanda de humanização do
122 acolhimento inicial do paciente na recepção; para que fosse seguida a legislação pertinente às
123 prioridades nos atendimentos; sobre a necessidade de auxiliar administrativo no turno da
124 tarde; da liberação de um tempo maior do uso do telefone por chamada e atendimento; da
125 liberação de todos os pedidos de exames necessários para as cirurgias odontológicas e sobre
126 colocar cartão de ponto eletrônico para os médicos para que se tenha uma isonomia de
127 deveres a todos os funcionários da equipe. Wantuil falou também sobre a necessidade de
128 aquisição, em caráter de urgência, do sonar cardíofetal para as consultas das gestantes que
129 estaria faltando em alguns postos, bem como sobre necessidade de marcação, também em
130 caráter de urgência, de uma reunião com a Atenção Básica, a supervisora do Programa Mais
131 Médicos e o(a)s médicos(as), para discutirem a forma de se cumprir a carga horária estipulada
132 em contrato (44 horas semanais, sendo 36h no consultório, 04h de estudos on-line e 04h de
133 estudo presencial). Em uso da fala, Rita Camargos explicou que a capacitação tem sido
134 realizada. Quanto às questões de prioridade disse que iria ser ressaltado nas capacitações.
135 Que tratando do do rol de exames já estaria sendo verificada a situação; que para a extensão
136 de carga horária contaria com o apoio do Conselho para a verificação dos procedimentos
137 legais para a execução desta ação. Sobre o controle de ponto os médicos que já fizeram o
138 cadastro de biometria e que foram orientados a bater o ponto. Para os instrumentos disse que
139 não teria conhecimento sobre a ausência e que iria verificar. Para os médicos do Programa
140 Mais Médicos, Rita disse que o assunto já teria sido discutido com a coordenadora e que iria
141 verificar a situação tanto do período de estudos quanto da exigência o ponto eletrônico. A
142 Secretária de Saúde indagou sobre a ausência de profissional para atendimento e
143 acolhimento, mencionada pelo Conselheiro Wantuil, quando o auxiliar administrativo já não
144 estivesse na unidade. Falou sobre o entendimento sobre as funções de cada servidor, e, no
145 entanto, enfatizou que a atenção principal deveria ser dada no acolhimento do usuário pelos



146 profissionais para dar algum tipo de orientação. Foi discutido sobre a demanda da população
147 para que o atendimento durante a sua ida a unidade de saúde fosse pra resolução imediata
148 do problema, como por exemplo, para questões afetas ao protocolo, e que mesmo sendo
149 acolhidos, estariam reclamando quando eram orientados a retornar no horário de trabalho
150 do auxiliar administrativo. Janice falou que é muito importante que as demandas sejam
151 levadas ao conhecimento da Secretaria para a tomada de providências. Roberto falou sobre
152 os exames a serem solicitados pelos dentistas e que seria uma questão de orientar aos
153 laboratórios sobre a legislação que trata do assunto. O Conselheiro Amarílio falou sobre o
154 atendimento no PSF do bairro Morro da Mina elogiando o processo e dizendo que as
155 informações tem sido repassadas de forma correta à população. Amarílio se dirigindo à
156 Secretária de Saúde e ao Diretor de Planejamento, Senhor Alessandro, ressaltou a necessidade
157 de estrutura para o Conselho, tanto nos aspectos físicos, relativos aos materiais, quanto para
158 disponibilização de mais um funcionário de apoio administrativo. Falou que apenas um servior
159 na Secretaria Executiva não estaria sendo suficiente para atender as demandas do Conselho.
160 Roberto, corroborou com a fala do Conselheiro Amarílio e reforçou o pedido de pelo menos
161 mais um servidor. Falou sobre ter disposto no orçamento do próximo ano recursos para que
162 fosse contratado um funcionário. A Secretária informou que vários setores necessitam de
163 pessoal e que quando solicitado à Secretaria de Administração a infomação retornada é de que
164 não existe a vaga real para contratação deste profissional. Assim, sugeriu ao Conselho o
165 encaminhamento direto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, expondo a demanda e requisitando
166 a contratação. Roberto disse que iria agendar uma reunião com o setor de recursos humanos
167 para verificar a situação. Foi falado também sobre a necessidade de melhor reorganização do
168 quadro de pessoal, destacando excesso em determinadas unidades e falta em outras. Roberto
169 falou do caso específico da odontologia em que teria 03 (três) dentistas para uma mesma
170 cadeira e no mesmo horário. Janice solicitou cópia deste documento em que foi apontado
171 este caso para a tomada das medidas cabíveis. Foi falado sobre a questão da odontologia em
172 específico, sobre as reformas e das demais necessidades daquele setor. Perpassados todos os
173 pontos da pauta, às 20h50min, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Roberto



- 174 Sant'Ana Lisboa Batista, encerrou a Sessão Plenária remota. O registro da sessão foi feito pela
- 175 Secretaria Executiva do CMSCL.